



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Lei nº 3.123, de 10 de dezembro de 1997

MURAL

Em 19/12/97

ESTABELECE VALORES PARA
MULTAS POR INFRAÇÃO ÀS
LEIS Nºs. 06/48 - CÓDIGO DE
POSTURAS e 1.605/85 -
PLANO DIRETOR DO
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de São José, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - As infrações às disposições das Leis nºs 06/48 - Código de Posturas e 1.605/85 - Plano Diretor do Município - e suas alterações posteriores serão punidas com as seguintes penas de multa:

INFRAÇÃO

VALOR DA MULTA

- a) pelo falseamento de medidas, cotas e demais indicações do projeto:
- ao profissional subscritor do projeto.....4 URM
- b) pela alteração de qualquer espécie em projeto já aprovado, sem o devido conhecimento e consentimento da Prefeitura:
- ao proprietário da obra.....4 URM
- c) pelo início de execução de obra sem a devida licença:
- ao proprietário da obra5 URM
- ao construtor.....2,5 URM
- d) pelo início de obra em desrespeito as medidas de alinhamento, afastamento taxa de ocupação do imóvel e do nivelamento deste:
- ao proprietário da obra.....5 URM
- ao construtor.....5 URM
- e) pela execução da obra em desacordo com o projeto aprovado, por fato não previsto no item anterior:
- ao proprietário da obra.....5 URM
- ao construtor.....2,5 URM
- f) pela falta do projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra:
- ao proprietário, se não apresentá-los no prazo de 24 horas.....2,5 URM
- ao construtor, se não apresentá-los no prazo de 24 horas.....1 URM
- g) pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes:
- ao construtor.....2 URM

Certifico que
portante, em
Prefeitura a: 05/01/98
Paço Municipal, em 05/01/98
ANA PAULINA PEREIRA
ASSESSORA DO PREFEITO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

2

MURAL

Em 19/12/97

Lei nº 3.123, de 10 de dezembro de 1997.

- h) pela desobediência a embargo administrativo:
- ao proprietário.....7 URM
 - ao construtor.....4 URM
- i) pela ocupação do prédio sem a concessão do "HABITE-SE":
- ao proprietário.....2 URM
- j) quando vencido o prazo de licenciamento, prosseguir a obra sem a necessária renovação deste:
- ao proprietário.....1 URM
- l) quando na construção da obra for colocado obstáculo fixo em via pública sem autorização da Prefeitura; pelo despejo de resíduos sólidos ou líquidos fora dos locais admitidos; pela não recomposição do passeio ou do meio-fio, quando devidamente intimado pela Prefeitura:
- ao proprietário da obra.....2 URM
- m) pelo falseamento de informações e documentos apresentados para instrução dos processos de aprovação e/ou licenciamento de obras:
- ao proprietário da obra.....4 URM
 - ao profissional subscritor do projeto4 URM
- n) por impedir a ação fiscalizadora, ou por desacato aos fiscais no regular exercício de suas atribuições:
- ao proprietário da obra4 URM
 - ao construtor.....4 URM
- o) pela colocação de anúncios e placas de publicidade em locais proibidos:
- ao responsável.....2 URM
- p) por corte de árvores sem prévia autorização da Prefeitura:
- ao proprietário ou responsável.....2 URM
- q) pela não construção de calçadas ou pela não edificação de muros ou pela não limpeza de terrenos baldios, independente dos demais dispositivos legais pertinentes a matéria:
- ao proprietário.....4 URM

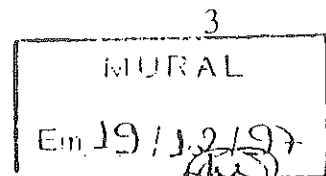
§ 1º - O pagamento da multa, além de não excluir a aplicação das outras sanções previstas no Plano Diretor, não sana a infração que lhe deu origem.

Prefeitura at 05/01/98
Paço Municipal 05/01/98
ANA PAULA PEREIRA
ASSESSORA-GERENTE





Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ



Lei nº 3.123, de 10 de dezembro de 1997.

§ 2º - O caso de reincidência específica da infração acarretará para o infrator a aplicação de nova multa, tantas quantas necessárias, ao cumprimento das exigências legais, obedecido o critério de fiscalização.

§ 3º - A aplicação de cada uma das penas previstas neste artigo não prejudica a de outra cabível, podendo se dar, inclusive, de forma cumulativa.

Art. 2º - O pagamento da multa prevista neste artigo deverá se dar no prazo de 15 (quinze) dias da data em que o infrator tiver ciência do lançamento feito pelo agente público fiscalizador, sob pena do lançamento em Dívida Alívia.

§ 1º - Todo agente público que proceder a aplicação de multa por qualquer das infrações previstas nesta Lei, deverá justificar, de forma expressa e resumidamente, a infração cometida, bem como o local e hora quando for o caso.

§ 2º - Caberá impugnação ao lançamento de toda e qualquer multa prevista neste artigo, aplicando-se, neste caso, as disposições dos arts. 173 e seguintes do Código Tributário Municipal.

§ 3º - No caso de pagamento de multa sem impugnação, após resolvido o fato gerador da penalidade administrativa, o débito será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 3º - As multas referentes a Edificação de Obras Particulares especificadas no artigo 1º serão aplicadas na seguinte proporção em relação a metragem da obra:

- a) 40% (quarenta por cento) do valor, para obras de até 70 m² (setenta metros quadrados);
- b) 50% (cinquenta por cento) do valor, para obras de 71 (setenta e um) até 100 m² (cem metros quadrados);
- c) 70% (setenta por cento) do valor para obras de 101 (cento e um) a 200 m² (duzentos metros quadrados).
- d) 100% (cem por cento) do valor para obras acima de 200m² (duzentos metros quadrados).

Art. 4º - A autoridade julgadora competente para julgar os processos de Impugnação decorrente da aplicação da presente Lei é a Unidade de Julgamento Singular, a qual será representada por um Servidor com notável conhecimento em Direito Tributário, que será nomeado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, como Chefe da Unidade de Julgamento Singular, previsto no Código Tributário Municipal.

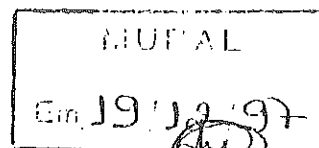
Por, Ana, de 05/01/98
Prefeitura de 05/01/98
Município de 05/01/98
ANA PAULA PEREIRA
ASSESSORA DO PREFEITO





Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

4



Lei nº 3.123, de 10 de dezembro de 1997.


Art. 5º - Os valores das multas por ato infracional previsto nesta lei, tomará por base o disposto na Lei Municipal nº 2.882/95, onde 1 (uma) URM equivale a 55,67 (cinquenta e cinco vírgula sessenta e sete) UFIR, logo o valor para efeito de valores o será em UFIR, na proporção legal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pago Municipal de São José, 11 de dezembro de 1997.


DÁRIO ELIAS BERGER
Prefeito Municipal

ALEXANDRE FLEISCHMANN
Secretário da Administração


ERNEI STAHELIN
Secretário da Educação e Cultura

CARLOS ACELINO PEREIRA
Secretário de Finanças



ADELIANA DAL PONT
Secretária da Saúde

DJALMA VANDO BERGER
Secretário dos Transportes
e Obras


TELMO PEDRO VIEIRA
Secretário da Tecnologia e
Meio Ambiente


JOÃO CELSO DA SILVA
Secretário da Indústria,
Comércio e Turismo


ROSEMERY BARTUCHIESKI
Secretária da Habitação e
Desenvolvimento Social


ATALIBA NETO CAPISTRANO
Secretário de Serviços Públicos

Certifico que
portaria, nº
Prefeitura de

06/03/98

Pago Municipal

